

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO 1º SEMESTRE DE 2017

Senhores Acionistas. Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Agência de Fomento de Goiás S/A – GOIÁSFOMENTO relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016, as quais seguem as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

Após sucessivas reduções nos índices de inflação e do juro soberano que está em um dígito, o cenário macroeconômico aponta para expectativa de retomada do crescimento econômico, o que fortalece a atuação das instituições de fomento. De acordo com o FMI, espera-se para a economia brasileira um crescimento de 0,3% em 2017, além de previsões positivas para os índices de produção, volume de vendas no comércio e exportações. Embora a expectativa de crescimento da economia do país represente menos de um décimo da esperada para a economia mundial, essa sinalização é muito importante para constatar que efetivamente o país superou a crise que o vem assolando nos últimos anos. Para as instituições financeiras de modo geral, seus indicadores de desempenho vêm melhorando nos últimos balanços. Em relação à GOIÁSFOMENTO, houve uma forte inversão dos resultados quando comparados ao primeiro semestre do ano anterior com expectativa ainda melhor para os próximos exercícios. Com esse cenário de otimismo a GOIÁSFOMENTO deverá buscar ampliação das ações de crédito face a relevância para os resultados operacionais como também para o cumprimento de seu papel fomentador das atividades empresariais, tendo como um dos resultados a geração de emprego e renda.

1. RESULTADOS DO SEMESTRE

Os indices negativos registrados no balanço do 1º semestre de 2016 foram revertidos com a implementação de profundas mudanças nas políticas de riscos e de recuperação de ativos e refletiram no resultado do exercício de 2016 bem como no balanço encerrado em 30/06/2016.

2016 bem como no balanço encerrado em 30/06/2017.

O saldo da provisão para devedores duvidosos reduziu-se 52% em 30/06/2017 quando comparado a 30/06/2016, saindo de R\$ 27 milhões para R\$ 12,9 milhões após reversões e estornos devido às reduções nas despesas com provisões que somaram R\$ 3,4 milhões no 1º semestre de 2017 contra R\$ 15 milhões no mesmo semestre do ano anterior, isso foi alcançado através das ações de recuperação de crédito em atraso. O resultado operacional do último balanço patrimonial da GOIÁSFOMENTO demonstrou os reflexos das medidas mitigadoras de riscos e recuperação de ativos implementadas após o 1º semestre de 2016. No 1º semestre de 2017 o lutro operacional foi de R\$ 5 milhões enquanto no mesmo período do ano anterior, houve prejuízo operacional de R\$ 7,4 milhões.

de 2017 o lucro operacional foi de **R\$ 5 milhões** enquanto no mesmo período do ano anterior, houve prejuízo operacional de **R\$ 7,4 milhões**. No mesmo sentido, o **lucro líquido** apurado no 1º semestre de 2017 foi de **R\$ 1,25 milhão** contra um prejuízo de **R\$ 7,2 milhões** no mesmo período do ano anterior. Tanto os **ativos totais** quanto o **patrimônio líquido** tiveram aumentos de **3%** e **6%** respetivamente, em comparação com o mesmo período de 2016. Nas operações de crédito no âmbito do **Programa de Competitividade e Atração de Investimentos** cujo órgão gestor é a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação – SED, o montante desembolsado para implantação e/ou expansão de empreendimentos produtivos no semestre com recursos próprios da **GOIASFOMENTO** foi de **R\$ 11,9 milhões** em **359** operações de crédito às *microempresas, empresas de pequeno e médio porte, microempreendedores individuais e autónomos. Como Agente Operador do FCO e Agente Financeiro do BNDES foram desembolsados R\$ 787 mil para 07 empreendientos. Em relação ao mesmo período do ano anterior esse volume foi R\$ 14,3 milhões menor. Após a redução no volume de crédito desde o início do 2º semestre de 2016 provocado pela limitação de valor das operações em R\$ 50 mil por tomador/grupo econômico, o saldo da carteira com risco próprio (Recursos Próprios/FCO/BNDES/FINEP), ao final do 1º Semestre de 2017 ficou em R\$ 120,5 milhões, reduzindo R\$ 30 milhões em relação a 30/06/2016 contando agora com 2.046 contratos ativos. Como agente financeiro dos Fundos Estaduais, só houve desembolsos através do FUNMINIERAL para 30 operações que somaram R\$ 518 miln os semestre. Por outro lado, o saldo de recursos em tesouraria saltou de R\$ 70,9 milhões para R\$ 90,4 milhões reforçando o índice de liquidez, advindo das amortizações de empréstimos e financiamentos bem como pelas receitas com recuperação de ativos.* recuperação de ativos

Os ativos totais cresceram R\$ 6,9 milhões ante a junho/2016 somando R\$ 237,6 milhões enquanto o patrimônio liquido subiu 6% totalizando R\$ 173,7 milhões em 30/06/2017 contra R\$ 164,3 milhões em 30/06/2016, ou seja, ficou R\$ 9,4 milhões maior.

Goiás Fomento: Carteira de Crédito



2. PERSPECTIVAS
A GOIASFOMENTO tem sua atuação orientada pelas políticas governamentais voltadas para o desenvolvimento econômico do Estado de Goiás e vem implementando projetos delineados a partir do Planejamento Estratégico 2015-2019, cumprindo importante papel em consonância com o planejamento governamental. A ampliação das operações esperada pela revisão nos limites de crédito por tomadorígrupo econômico adequando-se às demandas de microempresas e empresas de pequeno porte assegurará o cumprimento de seus objetivos institucionais e fomentará os micro e pequenos empreendimentos produtivos permitindo o emprego dos fatores de produção e elevação da formação bruta de capital.

Agradecimentos

A Diretoria Executiva apresenta os resultados obtidos no 1º semestre de 2017 enaltecendo que a gestão se pautou nos princípios gerais da administração pública, no cumprimento das exigências legais aplicáveis às instituições financeiras, na administração profissional esperada das sociedades empresariais focando em seu forta-lecimento institucional, empresariai e bancário, zelando por seu patrimônio e valorização de seus colaboradores. Agradece aos acionistas, clientes, parceiros da iniciativa pública e privada, fornecedores, conselheiros, colaboradores e todos que contribuíram para mais esse semestre de efetivo alcance dos objetivos, pelo trabalho realizado nesse período.

Goiânia (GO), 18 de agosto de 2017.

HENRIQUE TIBÚRCIO

ALAIR DA SILVA ROCHA Diretor Administrativo e Finance

CARLOS AUGUSTO CARVALHO MEDEIROS JÚNIOR

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016						
ATIVO	30/06/17	30/06/16				
CIRCULANTE	151.869	135.068				
DISPONIBILIDADES	77	54				
APLICAÇÕES INTERF. DE LIQUIDEZ Aplicações Interf. de Liquidez (NOTA 4)	-	-				
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS Carteira Própria (NOTA 5)	90.300 90.300	70.837 70.837				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA6) Empréstimos Setor Privado Financiamentos Setor Privado Financiamentos Rurais e Agronegócios Provisão p/ Operaç. Créd. Liq. Duvidosa	40.795 16.236 29.111 2.326 (6.878)	49.442 33.822 28.089 1.878 (14.347)				
OUTROS CRÉDITOS Diversos (NOTA 7) Provisão p/ Outros Créditos	19.004 19.004	14.027 16.508 (2.481)				
OUTROS VALORES E BENS Outros Valores e Bens (NOTA 8a + 8b) Provisão p/ Outros Créditos	1.693 2.175 (482)	708 983 (275)				
NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	85.753 81.075	95.615 90.410				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA6) Empréstimos Setor Privado Financiamentos Setor Privado Financiamentos Rurais e Agronegócios Provisão p/ Operaç. Créd. Liq. Duvidosa	66.782 6.126 53.704 12.986 (6.034)	74.049 12.746 58.911 15.061 (12.669)				
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	-	-				
OUTROS CRÉDITOS Diversos (NOTA 7)	14.293 14.293	16.361 16.361				
PERMANENTE (NOTA 9) IMÓVEIS DE USO Terrenos Edificações Depreciações Acumuladas	4.678 3.678 2.422 1.867 (611)	5.205 3.831 2.422 1.867 (458)				
IMOBILIZADO DE USO Imobilizado de Uso Depreciações Acumuladas	343 1.355 (1.012)	364 1.381 (1.017)				
INTANGÍVEL Ativos Intangíveis Amortizações Acumuladas	657 2.298 (1.641)	1.010 2.208 (1.198)				
TOTAL DO ATIVO	237.622	230.683				
PASSIVO	30/06/17	30/06/16				
CIRCULANTE	12.415	12.239				
OBRIG. POR EMP. E REPASSES (NOTA10) Repasses do País - FCO Repasses do País - BNDES Repasses do País - FINEP	8.513 5.283 3.035 195	6.851 4.077 2.629 145				

OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA11) 3.902 5.388 Fiscais e Previdenciárias 3.258 4.017 **NÃO CIRCULANTE** 225.207 218.444 **EXIGÍVEL A LONGO PRAZO** OBRIG. POR EMP. E REPASSES (NOTA10) 51.502 Repasses do País - FCO Repasses do País - BNDES Repasses do País - FINEP 9.142 1.444 10.652 1.392 PATRIMÔNIO LÍQUIDO **173.705** 164.822 Capital Social (NOTA 12) Reserva para Aumento de Capital Reserva de Lucros/(Prejuízos Acumulados) 1.153 7.730 (513)

237.622

0,0076 (0,0437)

230.683

TOTAL DO PASSIVO

LUCRO POR AÇÃO- R\$ 1,00

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO NOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016						
PEGGDIG Î G	SEMES	STRES				
DESCRIÇÃO	30/06/2017	30/06/2016				
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA Operações de Crédito Resultado de Títulos e Valores Mobiliários (NOTA 4a+5b)	11.235 6.914 4.321	11.550 7.877 3.673				
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.405) (3.405)	(15.025) (15.025)				
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	7.830	(3.475)				
OUTRAS RECEITAS /(DESPESAS) OPERACIONAIS Receitas de Prestação de Serviços (NOTA 14) Despesas de Pessoal (NOTA 13) Outras Despesas Administrativas (NOTA 13) Despesas Tributárias (NOTA 13) Outras Receitas Operacionais (NOTA 14) Outras Despesas Operacionais (NOTA 14)	(2.811) 4.997 (7.388) (2.895) (21) 5.247 (2.751)	(3.931) 7.375 (7.595) (3.478) (12) 2.794 (3.015)				
RESULTADO OPERACIONAL	5.019	(7.406)				
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(11)	(2.944)				
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	5.008	(10.350)				
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES (NOTA 15) Imposto de Renda (NOTA 15) Contribuição Social (NOTA 15) Diferenças Temporárias - Ativos Diferidos Imposto de Renda (NOTA 15) Diferenças Temporárias - Ativos Diferidos Contribuição Social (NOTA 15) LUCRO(PREJUIZO) LÍQUIDO NO SEMESTRE	(3.753) (792) (639) (1.290) (1.032) 1.255	3.142 (702) (570) 2.452 1.962 (7.208)				

	CAPITAL	AUMEN-	RESE	RVAS DE	LUCROS	LUCROS	
EVENTOS	REALI- ZADO CAPITAL		LEGAL EXPAN- TIVOS FISCAIS		ACUMU- LADOS	TOTAL	
SALDO EM 31/12/2015	164.822	-	2.816	304	3.575	-	171.517
- Incentivos Fiscais	-	-	-	-	(3.575)	3.575	-
- Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
- Dotação para Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
- Transferência para Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
- Resultado do Semestre	-	-	-	-	-	(7.208)	(7.208)
- Reserva Legal	-	-	(2.816)		-	2.816	-
- Reserva para Expansão	-	-	-	(304)	-	304	-
SALDO EM 30/06/2016	164.822	-	-	-	-	(513)	164.309
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	(2.816)	(304)	(3.575)	(513)	(7.208)
	1						
SALDO EM 31/12/2016	164.822	-	2.843	310	3.575	-	171.550
- Incentivos Fiscais	-		-			-	
- Aumento de Capital	-	1.153	-	(253)	-	-	900
- Dotação para Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
- Trasnferência para Aumento de Capital	-	-	-	-	-		
- Resultado do Semestre	-	-	-	-	-	1.255	1.255
- Reserva Legal	-	-	63		-	(63)	-
- Reserva para Expansão	l			1.192		(1.192)	
SALDO EM 30/06/2017	164.822	1.153	2.906		3.575	-	173.705
MUTAÇÕES DO PERÍODO		1.153	63	939	-	-	2.155

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

DESCRIÇÃO		SEMESTRES		
	30/06/2017	30/06/2016		
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações		/=·		
Lucro Líquido	1.255	(7.208)		
Perdas por Desvaloriação de Ativos Depreciação e Amortização	(79) 208	(40)		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	200	10.464		
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(10.532)		
	(6.012)	, , , ,		
Operações de Crédito Outros Créditos	` 8.255 (520)	6.558 (7.850)		
Outros Valores e Bens	(8)	257		
Outras Obrigações	(1.524)	(110)		
Caixa Gerado/Utilizado pelas Operações	1.575	(8.461)		
Flores de Oales Bernadantes des Athildedes de Flores la contra				
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento Obrigações por Empréstimos e Repasses	(2.487)	8.194		
Aumento de Capital	900	0.194		
Dividendos Propostos	-	_		
Juros Sobre Capital Próprio Propostos	-	-		
Total de Ingresso de Recursos	(1.587)	8.194		
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimentos				
Imobilizado de Uso	46	(12)		
Imóveis de Uso	-	(12)		
Edificações	-	-		
Aplicações no Diferido	73	73		
Aplicações no Intangível	(74)	172		
Provisão por Imparidade	45			
Total dos Recursos Captados/Aplicados	45	233		
Variação Líquida de Caixa	33	(34)		
Início do Período	44	`88		
Fim do Período	77	54		
Aumento/Redução das Disponibilidades	33	(34)		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016 - Em R\$ Mil.

A Agência de Fomento de Goiás S/A é uma instituição financeira de capital fechado, constituída sob a

forma de sociedade anônima de economia mista, criada pela Lei Estadual nº 13.533/99 é regida pela Resolução nº 2.828/01, do Conselho Monetário Nacional – CMN e devidamente autorizada pelo Banco Resolução nº 2.62/01, do Conseino Mondetarlo Nacional — CMIN e devidamente autorizada pelo Barico Central do Brasil. Seu objeto é fomentar o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Goiás na geração de emprego e renda. Suas principais atividades são: Concessão de operações de crédito com recursos próprios; operações de repassese do BNDES, FCO e FINEP e administração de Fundos Públicos, tais como: FOMENTAR, FUNMINERAL, FUNPRODUZIR e FUNBAN. A autorização para o fechamento das Demonstrações Financeiras da Instituição, referente ao primeiro semestre de 2017, foi dada pela Diretoria em 31 de julho de 2017.

Nota 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS a) Moeda de apresentação e funcional

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em Real que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próxim ceto quando indicado de outra forma.

ceto quanco indicado de outra forma.

b) Base para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram apresentadas de acordo com as disposições da Lei 6.404/76 das

Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, normas do

Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas consistentemente para todos os periodes executados as demonstrações financeiros As demonstrações financeiros financeir

ríodos apresentados nas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nota 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Critérios de reconhecimento dos resultados
As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, destacando-se os seguintes:

• Os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incidentes sobre os ativos e passivos

são apropriados "*pro rata die*"; • As provisões, inclusive os encargos sobre férias e 13º salário, são reconhecidos por competência mensal, segundo o período incorrido; e

• São considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando

aplicável.
b) Ativo circulante e realizável a longo prazo e passivo circulante e exigivel a longo prazo
Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO e os recursos do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos. Os saldos realizáveis e exigíveis aão classificados no Ativo Circulante fluxos de desembolsos previstos. Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizávei a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

c) Uso de estimativas A preparação das demonstrações financeiras, incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

d) Caixa e equivalentes de caixa
Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa, esses correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata. e) Aplicações interfinanceiras de liquidez e obrigações por empréstimos e repasses

registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas "pro rata die" com base na taxa efetiva das operações

pase na taxa erelevia das operações. f) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Banco Central e regulamentação complementar, são classificados e avaliados em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: 1) Títulos para negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem

negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as

negociados irequenteniente e de iorina aura, avantas per per as sobre esses titulos reconhecidos no resultado do exercício.

II) Títulos disponíveis para venda - Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros e podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são ajustados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos auferidos reconhecidos no resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável, denominada "Ajustes de Avaliação Patrimonial" até a sua realização por venda.
Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos na data da negociação na demonstração do resultado, em contrapartida da mesma conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

pondentes efeitos tributários, quando aplicável.

III) Títulos mantidos até o vencimento - Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a admi-

nistração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo registrados ao custo de aquisição, atualizados *pro rata temporis*.

IV) Instrumentos financeiros derivativos — A Instituição não possui operações com derivativos.

IV) Instrumentos financeiros derivativos — A Instituição não possui operações com derivativos.

g) Operações de crédito e outros créditos

Todas as operações de crédito têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração, levando-se em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, de AA até H. A tabela com o resumo dessa classificação está apresentada na Nota 6a. As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas pro rata die com base no inde-xador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o quinquagésimo nono (59º) dia de atraso. Após o quinquagésimo nono dia, o reconhecimento de receita ao resultado ocorre quando efetivamente

recepidas. As operações ativas renegociadas com saldo devedor até R\$ 50 são reclassificadas para rating inicial salvo aquelas que estão no risco H, que poderão, de acordo com a política da GoiásFomento alinhada à Resolução 2.682/99, do CMN, as quais a reclassificação do seu rating passa a ser objeto de revisão. As demais operações, a princípio, ficam no mesmo rating e passam também, de acordo com a referida política, a ser analisadas com a possibilidade de serem reclassificadas. As renegociações de operações

de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensa de creatio que roram antenormente paixadas contra a provisao e que estavam em contas de compensa-ção, são classificadas como nível H, e seu rating passa no mês seguinte a ser objeto de revisão. Desta forma, os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. No semestre foram compensados em prejuízo operações de crédito no montante de R\$ 10.541 (1º se-mestre/2016 - R\$ 7.780). Os créditos recuperados no primeiro semestre de 2017 foram de R\$ 1.760 (1º semestre/2016 - R\$1.341).

h) Provisão para perdas em operações de crédito e outros créditos ni provisao para percas em operações de credito e outros creditos. Constituída em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, suportadas na classificação de risco do cliente, quando da ocorrência de inadimplência.

Na conformidade do Artigo 4º, Parágrafo 1º da Resolução 2.682/99, do CMN, o prazo para a classificação das operações de crédito na faixa de risco estabelecidas pela referida Resolução e contada em dobro, para as operações de longo prazo com garantias.

i) Outros valores e bens

Ocupostos basicamente por Bens Não Destinados a Uso, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, próprios, recebidos em dação de pagamento, os quais são demonstrados a valor do custo ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes. As

Despesas Antecipadas correspondem a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

j) Permanente Í.Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada, quando aplicável,

I.Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada, quando aplicavei. Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Agência ou exercidos com essa finalidade, inclusive os bens decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controles desses bens.

II.Depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens considerando as taxas mínimas anuais definidas pelo BACEN e divulgadas na Nota 9.

III.Os ativos intangíveis são compostos basicamente por aplicações de recursos cujos benefícios decorpetes corregrada em exercícios futures. Essa quano está representado por base incorpóreos destinados.

rentes ocorrerão em exercícios futuros. Esse grupo está representado por bens incorpóreos destinados à manutenção da Agência, ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 4.534/16 do CMN. Está composto por direitos e desenvolvimento de softwares. A amortização é calculada pelo método linear às taxas divulgadas na Nota 9.

método linear às taxas divulgadas na Nota 9.

k) Avaliação do valor recuperável

Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por imparidade. Eventuais perdas quando identificadas, são reconhecidas no resultado. Onde:

I. Os Bens de Uso - São avaliados por Engenheiros da própria Agência;

II. Os Bens Não de Uso Próprio - São avaliados por empresas de engenharia, credenciadas pela Goiás-Fomento e de acordo com a Circular 909/85 do Banco Central do Brasil, referidos bens foram recebidos en dação de pagamento e adjuicitados referentes a diversos multivitos da Apôrtica esses bens foram

em dação de pagamento e adjudicados, referentes a diversos mutuários da Agência, esses bens foram avaliados no segundo semestre de 2016 e foi constituída a provisão para perdas por imparidade. Foram solicitados novos laudos de Avaliações para o próximo semestre

Foram solicitados novos laudos de Avaliações para o proximo semestre.

1) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais
são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência
de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representadas pelo trânsito em
intended de ação e pela confirmação da consolidad de sua recupração por receptiva ou composes. julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensa-

ção por outro passivo exigível. Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião Os passivos uninigentes sao recomiectors nas centralizações interioridad quando, pascar na grando de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando

os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da

m) Impostos Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram para efeito das respectivas bases de cálculo

Descrições	Taxa
IR - Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)	20,00%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social)	4,00%
ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza)	5,00%

Os impostos sobre o lucro são calculados sobre o lucro tributável apurado no semestre, ajustado por diferenças permanentes e temporárias. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferios foram calculados com base nas aliquotas vigentes na data das demonstrações financeiras, sobre as adições/ exclusões temporárias, e registrados na rubrica Outros Créditos, em contrapartida do Resultado do

n) Provisão para férias e 13º salário

É constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e incluem os correspondentes encargos sociais.

Nota 4 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ a) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações interfinanceiras de liquidez de operações compromissadas – posição bancada:							
Descrições Semestre							
Posição Bancada	30/06/17	30/06/16					
LFT - Letras Financeiras do Tesouro – Acima de 360 dias (*)	-	99					
Totais	-	99					

(*) Referida receita em junho/16, refere-se a rendimento da LFT existente em janeiro de 2016.

Nota 5 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Totais

a, careamentar per caregona e prance				
Descripé de des Títules Búblicos Fodersia	Semes	Semestres		
Descrições dos Títulos Públicos Federais	30/06/17	30/06/16		
LFT - Letras Financeiras do Tesouro – 1 a 360 dias	7.374	7.353		
T.D.A Títulos da Dívida Agrária – acima de 360 dias	143	256		
CEF - Fundo Caixa Goiás Fomento – com liquidez diário	82.027	63.038		
FIP – Fundo de Investimento em Participações	199	90		
FGI – Fundo Garantidor de Investimento	100	100		
Provisão para Desvalorização de Títulos	(101)	-		
Totais	90.300	70.837		

Totais	90.300	70.837
b) Resultado de títulos e valores mobiliários		
Descrições da Rendas de Aplicações Interfinanceiras de	Seme	stres
Liquidez – Título de Renda Fixa	30/06/17	30/06/16
Fundos	4.284	3.319
LFT	35	252
T.D.A.	2	3

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068/01, do Banco Central, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (Nota 5a) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimentos.

Nota 6 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E LEILÃO DE BENS NÃO DE USO PRÓPRIO

As operações de crédito da Agência de Fomento estão devidamente classificadas nos níveis de risco definidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. As principais informações sobre essas operações são

Descrições	Seme	Semestres		
Operações de Crédito	30/06/17	30/06/16		
Empréstimos	22.362	36.467		
Comércio	8.827	21.576		
Indústria	4.461	8.338		
Serviço	8.942	16.332		
Empréstimos Pessoas Físicas	132	322		
(Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	(3.297)	(10.101)		
Financiamentos	82.815	70.818		
Comércio	23.941	18.193		
Indústria	21.283	26.269		
Serviço	33.007	36.506		
Financiamentos Pessoas Físicas	4.583	6.032		
(Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	(9.369)	(16.182)		
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	15.312	16.206		
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	15.312	16.939		
(Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	(246)	(733)		
Devedores Por Compra de Valores e Bens	38	81		
Leilões	38	82		
(Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - Leilão	-	(1)		
Totais das Provisões	(12.912)	(27.017		

Descrições	Semestres	
Curto Prazo	30/06/17	30/06/16
Empréstimos	16.236	33.822
Financiamentos	29.111	28.089
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	2.326	1.878
Devedores Por Compra de Valores e Bens - Leilão	38	82
(Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	(6.878)	(14.348)
Totais	40.833	49.524
Descrições	Semestres	
Longo Prazo	30/06/17	30/06/16
Empréstimos	6.126	12.746
Financiamentos	53.704	58.911
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	12.986	15.061
Devedores Por Compra de Valores e Bens - Leilão	-	-
(Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	(6.034)	(12.669)
Totais	66.782	74.049
Níveis de Risco		

Níveis de Risco									
EMP	RÉSTIM	OS E FII	NANCIA	MENTOS	3 - Parce	las Vinc	endas		
Operações/Crédito	Α	В	С	D	E	F	G	Н	Total
Até 90 dias	1.621	7.422	973	427	293	341	228	589	11.894
De 91 a 180 dias	1.682	7.707	892	648	271	359	220	534	12.313
De 181 a 360 dias	2.581	11.759	1.469	629	427	655	398	879	18.797
Acima de 360 dias	9.972	49.530	2.468	2.823	1.408	2.579	2.062	1.978	72.820
Parcelas vincendas	15.856	76.418	5.802	4.527	2.399	3.934	2.908	3.980	115.824
	EMPRÉS	TIMOS E	FINANCIA	MENTOS	- Parcela	s Vencida	IS		
Operações /Crédito	Α	В	С	D	E	F	G	Н	Total
Mais de 90 dias	48	291	473	553	241	215	149	562	2.532
De 91 a 180 dias	-	-	6	46	114	172	151	551	1.041
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	31	5	224	784	1.044
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	87	87
Parcelas vencidas	48	291	479	599	386	392	524	1.984	4.703

b) Concentração de crédito e risco de crédito

Descripãos	Semestres			
Descrições	30/06/17	30/06/16		
Principal Devedor	3.918	4.027		
Percentual Sobre o Total da Carteira de Operações de Crédito	3,25%	2,67%		
Vinte Maiores Devedores	28.313	42.274		
Percentual do Total	23,49%	28,07%		

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa A provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída com base nos critérios da classificação de risco previstos na Resolução n° 2.682/99, do CMN:

Nível	Saldo	Percentual (%)	Provisão
Α	15.904	0,5	79
В	76.709	1	767
С	6.281	3	188
D	5.126	10	513
E	2.785	30	836
F	4.326	50	2.163
G	3.432	70	2.402
H	5.964	100	5.964
Totais	120.527		12.912

Está classificado no nível de risco " B", além, das operações de crédito, o valor dos leilões dos Bens Não de Uso Próprio, recebidos em dação de pagamento, no valor de R\$ 38, conforme classificação na rubrica contábil - Devedores por Compra de Valores e Bens.

Semestre

30/06/17 30/06/16

d) Evolução da provisão para créditos de liquidação duvidosa Descrições

Saldo em 30/06/16	27.017
Constituição no Segundo Semestre de 2016	11.016
Baixas no Segundo Semestre de 2016	(17.763)
Saldo em 31/12/16	20.270
Constituição no Primeiro Semestre de 2017	8.719
Baixas no Primeiro Semestre de 2017	(16.077)
Saldo em 30/06/17	12.912

Descrições

Rendas a Receper	10.241	8.929
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (*)	-	(2.481)
Adiantamentos e Antecipações de Salários	467	522
Créditos Tributários (Longo Prazo) (NOTA 15.1.a)	14.293	16.361
Imposto de Renda a Compensar	677	679
Imposto de Renda a Recuperar	552	518
Devedores por Compras de Valores e Bens (leilão)	38	82
Devedores por Depósitos em Garantia	6.425	5.533
Outros	604	245
Totais	33.297	30.388
Curto Prazo	19.004	14.027
Longo Prazo	14.293	16.361
Nota 8 – OUTROS VALORES E BENS a) Bens Não de Uso Próprio e Bens Não de Uso Próprio em Regime E	special	

Munícipio

Descrições

Bens Não de Uso Próprio

Chácara c/ residência	Três Ranchos/GO	576	576
Lote urbano	Ap. Goiânia/GO	60	60
Casa residencial	laciara/GO	30	30
Galpão e um barração	Trindade/GO	7	7
Lote urbano	Itaguarí/GO	23	23
Casa residencial	Aragarças/GO	30	-
Sobrado residencial	Itumbiara/GO	670	-
Lote suburbano	Luziania/GO	65	-
Lote urbano	Senador Canêdo/GO	90	-
Lote urbano	Rio Quente/GO	40	-
Lote urbano	Rio Quente/GO	40	-
Casa residencial geminada	Goiânia/GO	130	-
Casa residencial geminada	Goiânia/GO	125	-
Subtotal		1.886	696
Provisão por Imparidade	Três Ranchos/GO	(207)	-
Totais		1.679	696
Bens em Regime Especial			
Gleba de terras – 25 alq.	Posse/GO	50	50
Lote urbano	Aragarças/GO	18	18
Sobrado de 4 suítes	Ipameri/GO	77	77
Casa residencial	Cidade de Goiás/ GO	25	25
Casa residencial	Rubiataba/GO	70	70
Casa residencial	Goiatuba/GO	35	35
Subtotal		275	275
Provisão			
Provisão (Bens em Regime Especial)		(275)	(275)
Totais			

estão devidamente autorizados pelo Banco Central. A previsão para o próximo leilão é para o segundo semestre de 2017.

b) Despesas Pagas Antecipadamente

Semestres Descrições 30/06/17 Despesas Antecipadas – Assinaturas e Seguros
Totais 30/06/16 (*) Intangível – O ativo intangível refere-se a Software adquirido com o objetivo de investimento para modernização e adequação a novas tecnologias e necessidade dos negócios.

Nota 10 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Referem-se a repasses para financiamentos oriundos de órgãos governamentais: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro--Oeste – FCO e Agência Brasileira de Inovação – FINEP, a saber:

Descrições	Taxa Média	Prazo Médio	Seme	stres
BNDES	4,726% a.a.	4 anos e 7 meses	30/06/17	30/06/16
Valor das Obrigações			12.177	13.281
Curto Prazo			3.035	2.629
Longo Prazo			9.142	10.652
FINEP	4,500% a.a.	6 anos e 1 mês	30/06/17	30/06/16
Valor das Obrigações			1.639	1.537
Curto Prazo			195	145
Longo Prazo			1.444	1.392

FCO	6,975% a.a.	4 anos e 8 meses	30/06/17	30/06/16
Valor das Obrigações			46.199	46.168
Curto Prazo			5.283	4.077
Longo Prazo			40.916	42.091
-				
Totais			60.015	60.986

Nota 11 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

Descrições	Seme	stres
-	30/06/17	30/06/16
Dividendos e Bonificações a Pagar (NOTA 16)	3	403
Fiscais e Previdenciárias	220	968
Impostos e Contribuições	421	-
Credores Diversos	759	1.263
Dotação p/ Aumento de Capital	316	-
Provisão de Férias e 13º Salário	1.192	1.032
Contingências	138	128
Obrigações por Aquisição de Bens/Direitos	-	522
Outras	853	1.072
Totais	3.902	5.388

Nota 12 - CAPITAL SOCIAL

pital Social autorizado da GoiásFomento é de R\$ 300.000.000.00 (trezentos milhões de reais) e O capital social attorizado de Golas-Pontento e de R\$ 300.000.000,00 (trezentos militose de teals) e está subscrito e integralizado o valor de R\$ 164.821.774,14 (cento e sessenta e quatro militose, oíto-centos e vinte e um mil, setecentos e setenta e quatro reais e quatorze centavos), representado por 164.821.774 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Agência está aguardando a homologação pelo Banco Central da AGE – Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28/04/2017, para ceder aumento de capital no valor de R\$1.153.333,07 (um milhão, cento e cinquenta e três zentos e trinta e três reais e sete centavos).

Nota 13 – DESPESAS DE PESSOAL, ADMINISTRATIVAS E TRIBUTÁRIAS

December 200	Semestres		
Descrições	30/06/17	30/06/16	
Despesas de Pessoal (*)	7.388	7.595	
Subtotal	7.388	7.595	
Água, Energia e Gás	132	142	
Aluguéis	36	43	
Comunicação	105	129	
Honorários (NOTA 19)	933	1.10	
Manutenção e Conservação	104	7:	
Material de Expediente	12	1	
Terceiros	362	52	
Propaganda / Publicidade e Publicações	49	5	
Técnicos Especializados	379	44	
Vigilância e Segurança	117	11	
Transportes	64	12	
Emolumentos Judiciários e Cartorários	263	37:	
Outros	339	34	
Subtotal	2.895	3.47	
Despesas Tributárias	21	1:	
Subtotal	21	1:	
Totais	10.304	11.08	

(*) Despesas de Pessoal compõe-se de benefícios, encargos e proventos aos servidores

Nota 14 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

D! - *	Seme	stres
Descrições	30/06/17	30/06/16
Receitas de Prestação de Serviços		
Adm. de Fundos Públicos (Nota 17)	4.315	6.87
Outras Taxas	682	50
Totais de Receitas com Prestação de Serviços	4.997	7.37
Outras Receitas		
Recuperação de Créd. Baixados/Prejuízo	1.760	1.34
Recuperação de Encargos e Despesas	545	37
Rendas de Repasses Interfinanceiros	652	72
Reversão de Provisões Operacionais	337	1
Equalizações de Taxas CPR	1.784	4
Outras	169	29
Total de Outras Receitas	5.247	2.79
Outras Despesas		
COFINS	726	76
PASEP	118	12
ISSQN	250	36
Amortização do Intangível	222	21
Depreciação	77	8
Despesas de Repasses Interfinanceiros	1.254	1.45
Outros	104	
Totais de outras despesas	2.751	3.01

Nota 15 - IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E ATIVO FISCAL DIFERIDO 15.1 – Cálculo de imposto de renda e contribuição social a) Base de tributação

	Semestre -	Semestre – até 30/06/17		
Descrições	Imposto de Renda	Contribuição Social		
Resultado do Período	5.008	5.008		
= Resultado Ajustado	5.008	5.008		
+ Adições				
Provisão para Devedores Duvidosos – 2017	12.912	12.912		
Operações de Crédito (maiores que R\$ 30 e100 mil em 2016)	11.233	11.233		
Despesas não Dedutíveis	357	357		
Totais das adições	24.502	24.502		
(-) Exclusões				
Provisão para Devedores Duvidosos – 2016	(19.834)	(19.834)		
Operações de Crédito (maiores que R\$ 30 há mais de 1 ano)	(16.861)	(16.861)		
Outras Exclusões	(675)	(675)		
Totais das exclusões	(37.370)	(37.370)		
= Lucro Real/Prejuízo Fiscal	(7.860)	(7.860)		
Imposto de Renda e Contribuição Social (*)	(792)	(639		
Constituição Líquida de Créditos Tributários	-			
Realização Líquida de Créditos Tributários	(1.290)	(1.032		
Totais	(2.082)	(1.671		

visto que a Agência tem a opção por apuração pelo Lucro Real Anual Estimado.

15.2 — Imposto de renda e contribuição social – diferidos ativos
A instituição registra imposto de renda e contribuição social diferidos ativos fiscais, sobre adições temporárias na base de cálculo dos impostos sobre o lucro.
Para avaliação desses créditos, foram adotados os critérios definidos pela Circular do Banco Central nº 3.171/02. Conforme dispõe a Resolução do CMN de nº 3.059/02, esses ativos fiscais diferidos devem ser analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante suficiente em relação aos valores ativados. Para este fim, foi elaborado Estudo Técnico de constituição e perspectiva de realização dos Créditos Tributários da instituição, para a data de 30/06/17, considerando as expectativas de resultados futuros, fundamentadas em premissas factíveis.
Assim sendo, as principais informações quanto aos valores mantidos no ativo são as seguintes:

a) Movimentação da conta do ativo no período:

Imposto de Renda Contribuição Social

Saldo em 31/12/16	9.230	7.385	16.615
Constituição no Semestre	-	-	-
Realização no Semestre	(1.290)	(1.032)	(2.322)
Saldo em 30/06/17 – Nota 7	7.940	6.353	14.293
Totais a Curto Prazo	3.463	2.771	6.234
Totais a Longo Prazo	4.477	3.582	8.059
b) Estimativa de realização dos créditos tributários A perspectiva de realização do Imposto de Renda e da	Contribuição So	ocial diferidos ativ	os de acordo

2017

DESCRIÇÃO	2º Sem/16	1º Sem/17	2º Sem/17	1º Sem/18
Imposto de Renda	(159)	(3.304)	(2.538)	(1.939)
Contribuição Social	(127)	(2.644)	(2.031)	(1.551)
Total	(286)	(5.948)	(4.569)	(3.490)
c) Natureza dos créditos				
Desc	rições			30/06/17

Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa a Excluir	12.912
Operações de Crédito (até R\$ 15 em risco "H")	(448)
Baixa de Operação de Crédito	10.613
Provisão para Contingências	343
Provisões Administrativas - Imparidade	482
Prejuízo Fiscal	7.860
Base de Cálculo em 30/06/17	31.762
Alíquota de Imposto de Renda	25%
Alíquota de Contribuição Social	20%
Crédito Tributário de Imposto de Renda	7.941
Crédito Tributário de Contribuição Social	6.352
Total dos Créditos Tributários em 30/06/17 - Nota 7	14.293

or conservadorismo, os créditos tributários são integralmente demonstra0

os no longo prazo.

e) Valor presente dos créditos ativados

O valor presente dos créditos ativados, considerando a taxa Selic para fins de cálculo, é de R\$ 12.750
(Junho/16 - R\$ 12.355). Os créditos tributários são demonstrados por seu valor bruto em observância às disposições contábeis no item 10 do CPC 12.

Nota 16 – DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A reserva legal é constituída à razão de 5% do resultado do semestre. Os acionistas têm direito de receber como dividendos obrigatórios em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Descricões 30/06/17 30/06/16 Lucro/Prejuízo dos Semestres Reserva Legal

expansão do saldo não distribuído.
A proposta dos Administradores para destinação do resultado inclui a transferência para reserva de

NOTA 17 – PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente decorrem de administração de fundos estaduais, e os demais saldos são relativos a juros de capital a pagar e recursos de cobrança a pagar, conforme demonstrados:

Partes Relacionadas	At	ivo Passivo		Resultado		
Descrições	30/06/17	30/06/16	30/06/17	30/06/16	30/06/17	30/06/16
FUNMINERAL	3	257	-	-	300	310
FUNPRODUZIR	391	471	-	-	2.192	2.631
FOMENTAR	9.143	5.720	-	-	1.823	3.932
JCP (Juros de Capital Próprio/Estado de GO)	-	-	3	403	-	-

Nota 18 - EXIGIBILIDADES DE CAPITAL PRINCIPAL E LIMITES DE IMOBILIZAÇÃO

Nota 18 - EXIGIBILIDADES DE CAPITAL PRINCIPAL E LIMITES DE IMOBILIZAÇAO

O Demonstrativo de Limites Operacionais tem por objetivo apresentar, de forma sintética, as informações referentes aos detalhamentos do cálculo dos limites monitorados pelo Banco Central do Brasil. Para cada limite o documento conterá dois conjuntos de informações a) Apuração da Situação da Instituição; b) Apuração da Exigência do Banco Central e da Margem (ou Insuficiência) da Instituição em relação ao limite considerado e enviado mensalmente ao Banco Central o documento 2061.

Indice da Basiléia e de Imobilização (DLO)

Apresentamos abaixo, os principais indicadores em 30/06/2017, obtidos conforme regulamentação em vi-

		F
Patrimônio de Referência	173.506	F
Índice de Basiléia	47,44%	r
Nível I	37,98%	f
Índice de Imobilização Basiléia	2,55%	r
Limite	86.753	Ė
Situação	4.479	t
Folga de Imobilização	82.274	(

Em primeiro de março de 2013, o BACEN publicou as regras de Basiléia III relacionadas à definição de capital e ao requerimento de capital, por meio das resoluções do Conselho Monetário Nacional: Resolução nº 4.192/13 do CMN, que dispõe sobre a metodologia de apuração do capital de Instituições

Financeiras, no Brasil chamado Patrimônio de Referência (PR); Resolução nº 4.193/13 do CMN, que trata da apuração dos requerimentos mínimos de capital a serem mantidos sob a forma de Patrimônio de Referência (PR), nível I e de Capital Principal. O conjunto de 17 Circulares, 4 Cartas-Circulares e 1 Comunicado do Banco Central do Brasil complemen-

O conjunto de 17 Circulares, 4 Cartas-Circulares e 1 Comunicado do Banco Central do Brasil complementam as regras estabelecidas nas resoluções, ao determinar os procedimentos de apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, na sigla em inglês para Risk-Weighted Assets).

O Conselho Monetário Nacional através da Resolução 4.192/13 do CMN, define o Patrimônio de Referência (PR), para fins de apuração dos limites operacionais, como o somatório de dois níveis (Nível I e Nível II), cada qual composto por itens integrantes do patrimônio líquido.

A Resolução 4.193/13 do CMN, dispõe sobre os critérios para a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal.

Para os cálculos das parcelas de risco foram observados os procedimentos para cálculo estabelecidos por diversas normativas, tais como: Resolução 3.464/07 do CMN e as Circulares 3.644/13 e 3.634/13 do Banco Central.

Banco Central.

a) Risco Operacional

Para o cálculo da parcela de risco operacional, a Agência de Fomento de Goiás optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico, dentre as estabelecidas pelas Resoluções 3.380/06 e 4.193/13 do ČMN e Circular 3.640/13 do Banco Central.

b) Julgamento da administração sobre o Índice de Basiléia

A administração julga adequado o atual nível do Índice de Basiléia levando-se em consideração que o mínimo exigido pelas autoridades é de 9,975%.

c) Câlculo do Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência utilizado para o cálculo dos índices e a composição das exposições de risco em

O Patrimônio de Referência utilizado para o cálculo dos índices e a composição das exposições de risco em 30/06/17, são demonstrados abaixo:

	Nível I	173.506
٦	Patrimônio de Referência	173.506
1	Compatibilização do Patrimônio de Referência	
┨	PR- Patrimônio de Referência	173.506
┨	RWA - Risk -Weighted Assets	365.766
┨	Margem PR Nível I Requerido	151.560
4	PR Nível I Mínimo Requerido para o RWA	21 946

Nota 19 - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Margem s/ Capital Requerido Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA Indice Basiléia Capital

Descrições		Semestres		
Descrições	30/06/17	30/06/16		
Proventos	384	481		
Gratificações	12	14		
Conselho de Administração	258	258		
Outros	279	356		
A Agência de Fomento não possui benefícios de longo prazo de rescisão de c	ontrato de trab	alho ou remu-		

neração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. Nota 20 - SEGUROS

Instituição mantém seguro predial (não auditado).

Capital Principal

Nota 21 – AVAIS E FIANÇAS AAgência de Fomento não possui operações de concessão de avais ou fianças em 30/06/2017 e 30/06/2016

Nota 22 - ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES eferem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende eventos futuros.

i.Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem

I.Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível; il.Passivos contingentes - Decorrem basicamente de processos cíveis e trababilistas. Essas contingências, cocrentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Desta forma, o valor é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita pela Administração, revisada tempestivamente com base em subsídios recebidos dos assessores legais.

assessores legais.
Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vi-

gente.

a) Provisões para Passivos Contingentes e Riscos Fiscais

A Agência é parte em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas, cíveis e fiscais. Referidas ações estão em poder da Procuradoria Geral do Estado de Goiás, Escritórios Terceirizados e Advogados da Agência, que considera a perda e o risco envolvido. Fundamentados nesta avaliação, constitui-se provisão em montante julgado suficiente para cobrir as perdas com as referidas ações, cujo risco já foi considerado como provável. como provável. - <u>Ações Trabalhistas:</u> Compõem-se de 7 ações, classificadas como perda possível, onde o objeto é de danos morais e reinte-Compõem-se de 7 ações, classificadas como perda possível, onde o objeto é de danos morais e reinte-

comportirse de 7 ações, classificadas como perda posavel, cinado o objeto de 2 atriba modal o perda posavel, cinado o objeto de 2 atriba modal o perda Provável estão provisionadas no valor de R\$ 136. O objetos das ações são de indenizações e revisionais.

FOMENTAR – Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás
Refere-se a ações movidas contra a Agência de Fomento por ex-advogado à época contratado pelo extinto BEG – Banco do Estado de Goiás S/A. Sobre essas ações, a PGE – Procuradoria Geral do Estado de Goiás, que defende a Agência de Fomento nessas causas, manifestou-se, em princípio, ser remota a possibilidade de perda dessas ações pela Agência de Fomento de Goiás S/A e pelo Estado de Goiás.

- Ação Fiscal: Fisco Federal – Auto de Infração PIS/PASEP e COFINS (alíquota de 0,65% e 4%, respectivamente), nos termos da Instrução Normativa 247/2002 e alterações posteriores. No entanto, a Receita Federal lavivou auturação em algumas Agências de Fomento no País em razão da adoção do Regime Cumulativo, gerando a possibilidade do enquadramento das Agências no Regime de Apuração Não-Cumulativa, destas contribuições, nos termos das Leis 10.637/02 e 10.833/03, em que contribuições deveriam ser calculadas sobre a totalidade das receitas auferidas pelas referidas instituições descontados os créditos legalmente admitidos, aplicando-se as aliquotas de 1,65% do PIS/PASEP e 7,6% do COFINS.

Em data de 07 de julho de 2014 a Goiás-Fomento recebeu termo de início de ação fiscal, autuada sob o nº MPF 0120100.2014.00323, solicitando esclarecimento sobre a utilização do regime Cumulativo por esta instituição por esta

Em data de 07 de julho de 2014 a Goiás-Fomento recebeu termo de inicio de ação fiscal, autuada sob o nº MPF 0120100.2014.00323, solicitando esclarecimento sobre a utilização do regime Cumulativo para apuração e cálculo das contribuições sociais para PIS/PASEP e COFINS, utilizado por esta instituição, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011. No entendimento da SRF o REGIME utilizado deveria ser o Não-Cumulativo, tendo em vista que as Agências de Fomento não se enquadraram no rol de instituições financeiras do Artigo 3º, Parágrafo 6º e 7º da Lei nº 9.718/98. Foram apresentados esclarecimentos quanto a forma de recolhimento utilizada pela Goiás-Fomento ne pelas demais Agências de Fomento nacionais, não tendo a Superintendência da Receita Federal da Região 1º Região Fiscal acatado os esclarecimentos apresentados, lavrando Auto de Infração nº 10120-728. 196/2014-00 em 09/10/14, muito embora, a diferença entre a utilização do Regime Cumulativo e Não Cumulativo aplicado sobre o montante das receitas financeiras é garantida a alíquota zero (0) previsto no Decreto nº 5.442/05, o referido Auto acabou sendo lavrado no valor de R\$ 3.554, contrariando o direito previsto pelo Artigo 1º do referido Decreto a que a Instituição faz jus. A Procuradoria Geral do Estado de Goiás, apresentou IMPUGNAÇÃO aos referidos autos de infração na esfera administrativa a classificou o risco como de perda possível, visto que, outras Agências de Fomento do Brasil, em julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais — CARF teram éxito parcial. Atualmente a impugnação encontra-se pendente de julgamento na Receita Federal do Brasil na regional de Ribeirão Preto/SP.

A Agência de Fomento administra Fundos do Estado de Goiás. As principais informações sobre esses fundos são as seguintes:

FUNPRODUZIR	143.654	2.192	134.003	2.631
FUNMINERAL	20.005	300	20.767	310
FOMENTAR	948.729	1.823	934.345	3.932
FUNBAN	35.344	-	26.926	-
Total	1.147.732	4.315	1.116,041	6.873

Nota 24 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS cões contábeis são elaboradas com base em critérios contábeis que pressupõem a continuidade normal das operações da Agência. O valor contábil relativo a cada instrumento financeiro aproxin

Nota 25 - GESTÃO DE RISCOS

lo de 23 - Gestão de Riscos é considerada um instrumento essencial na administração da Agência de Fomento. Os rincipais fatores de riscos monitorados são:) Risco de Mercado – É o risco associado à probabilidade de variação no valor dos ativos e passivos da

a) Risco de Mercado – É o risco associado à probabilidade de variação no valor dos ativos e passivos da Agência, decorrente de mudanças nas taxas de juros de mercado e, com isso, serem geradas perdas à instituição. Em atendimento aos normativos dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, a GolásFomento possui, devidamente implementada, estrutura de gerenciamento do risco de mercado, compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado da Agência, garantindo o fiel cumprimento às exigências da Resolução nº 3.464/07 do CMN e normativos posteriores. Atualmente, inexistem expectativas de flutuações substanciais nas taxas de juros praticadas no mercado que possam afetar consideravelmente os resultados da Agência. O relatório de acesso público contendo a descrição da estrutura de gerenciamento do risco de mercado da GolásFomento, encontra-se na Assessoria Técnica de Contabilidade – ASTEC, área responsável pelo mesmo.
b) Valor em Risco (VaR) - O processo de análise de risco quantifica a exposição e o apetite pelo risco utilizando limites de risco baseados em critérios estatísticos (VaR Estatístico: nível de conflança de 69% - é uma medida estatística que estima a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais

uma medida estatística que estima a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos), simulações de Stress (VaR Stress – é uma medida que estima a perda em condições extremas de mercado, partir de cenários de estresse) e capital econômico alocado. Os limites e a exposição aos riscos de mercado são relativamente baixos quando comparados ao Patrimônio Líquido da instituição, de acordo com administração diversificada dos riscos, conforme o VaR em junho/17.

c) Risco de Crédito - Busca evitar a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento

c) Nisco de Credito - busca evidar a possibilidade de ocorrenta de petidas associadas ao nacionimiento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Gerencia o risco de crédito a Agência permitindo a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação dos riscos associados às operações de crédito, abrangendo os setores envolvidos na análise, concessão, acompanhamento, controle

da Agencia permitindo a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação dos riscos associados as operações de crédito, a brangendo os setores envolvidos na análise, concessão, acompanhamento, controle e recuperação das operações de crédito.

(I) Risco Operacional — Em atendimento à Resolução nº 3.380/06 do CMN, a Agência de Fomento de Goiás S/A possui implementada a estrutura de gerenciamento de risco operacional, e adota como metodologia a "Abordagem do Indicador Básico" para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido referente ao Risco Operacional, de que trata as Resoluções 4, 192/13 e 4, 193/13, ambas do CMN, descrição da estrutura relacionada ao gerenciamento de riscos acima citada encontra-se disponível no departamento COGER — Coordenadoria de Gerenciamento de Riscos. A Goiás Fomento tem como política a busca constante de melhoria nos processos internos, controles, capacitação de pessoal e tecnologia, visto que esses fatores contribuem significativamente para a mitigação de riscos.

9) Risco de Liquidez — É o risco de a instituição se tomar inadimplente quanto ao pagamento de passivos. Inexiste este risco na Agência em face de sua estrutura patrimonial que evidencia ativos circulantes muito superiores aos passivos de curto prazo.

7) Lavagem de Dinheiro - prevenção ao crime de lavagem de dinheiro — A Goiás Fomento possui Política interna de prevenção e combate a este tipo de ilíctito. Os procedimentos fazem parte das atribuições da Auditoria Interna e da Coordenadoria de Gerenciamento de Riscos. Com a estrutura da Sarali e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras — COAF, a Goiás Fomento aumentou os controles sobre as práticas destes crimes. Com a aprovação da Pervenção e Combate à Lavagem de Dinheiro - PLD estabelecida pelo Banco Central do Brasil e o Conselho de Controle de Administração, normatizou os procedimentos para fortalecer a prevenção de ilícitos financeiras — COAF, a Goiás Fomento aumentou os controles sobre as práticas destes crimes.

e o Conselho de Administração, normatizou os procedimentos para fortalecer a prevenção de ilícitos fi-nanceiros. Todos os colaboradores têm acesso ao texto da Política através da Intranet (site colaborativo interno da instituição) onde são publicadas as normativas e demais assuntos de interesse corporativo. Para conscientizar e treinar o corpo funcional sobre a importância de ajudar a combater essas práticas está disponível na pasta de rede Público o material utilizado pela Coordenadoria de Gerenciamento de Riscos para divulgar a Política aos Coordenadores da instituição. Dentre o material consta um vídeo explicativo di vulgado pelo COAF, além da apresentação contendo um resumo dos procedimentos que os colaboradores devem seguir em caso de identificação de operação suspeita. Atualmente os clientes que são identificados como Pessoas Politicamente Expostas passam por análise da Diretoria Executiva antes que seja iniciada g) Risco Socioambiental - Em atendimento a Resolução nº. 4.327/14 do CMN, a GoiásFomento definiu

através de sua Política de Responsabilidade Socioambiental, compromissos econômicos, sociais e am-bientais estabelecendo diretrizes e garantindo a conformidade e o cumprimento da legislação aplicável às questões socioambientais. As ações do SARAS – Sistema de Administração de Riscos Ambientais e Sociais estão sendo desenvolvidas desde julho de 2016. Goiânia, 15 de agosto de 2017.

HENRIQUE TIBÚRCIO PEÑA

CARLOS AUGUSTO CARVALHO MEDEIROS JÚNIOR Diretor de Operações

MARIA TEREZINHA DA MOTA BATISTA

ALAIR DA SILVA ROCHA

tadora CRC/GO 008031/ CPF.311.069.601-06

CONSELHO FISCAL ANDRÉ DA SILVA GÓES LUCIANO MACHADO PEREIRA RODRIGO MORAES PERILO

nselho de Administração, Acionistas e Administradores da AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A GOIÂNIA - GO

Examinamos as demonstrações financeiras da AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A. - "Goiás Fomento", que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas de-monstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as respectivas notas explicativas, incluindo o resumo das principais

práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da "Goiás Fomento" em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas prasielrais e internacionais de auditoria.
Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada
"Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes
em relação a "Goiás Fomento", de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de
Etica Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

• Provisão para créditos de liquidação duvidosa
Conforme mencionado em nota explicativa nº 6c, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a "Goiás Fomento" classifica suas operações de crédito (que compreendem as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito) em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financiera, grau de endividamento, setor de atividade econômica e características das garantias e demais fatores e premissas da regulamentação vigente, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. A "Goiás Fomento" aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela regulamentação a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa, quando necessário, suas estimativas com base em estudos internos. A classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamento da "Goiás Fomento", baseadas em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor

de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa da "Goiás Fomento", quanto às perdas da carteira. Devido à relevância das operações de crédito, as incertezas e julgamentos relacionados à estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e ao impacto que eventual alteração das premissas poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria. Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos relevantes, manuais e automatizados, implementados pela "Goiás Fomento" e relacionados aos processos de aprovação, registro, classificação e atualização dos níveis de risco ("ratings") das operações de crédito, e outros créditos com características de concessão de crédito e as principais premissas utilizadas no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Com base em amostragem, avaliamos ea "Goiás Fomento" atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela regulamentação vigente, relacionados à apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa e se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas nº 6c, estão de acordo com as regras aplicáveis.

as regras aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequado o nível de provisionamento no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisões e passivos contingentes - trabalhistas, cíveis e fiscais

• Provisoes e passivos contingentes - trabalinistas, civeis e inscais
Conforme mencionado na nota explicativa nº 22a, a "Golás Fomento" constitui provisão para demandas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas operações. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento da "Golás Fomento", por meio da opinião dos assessores jurídicos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e difuturações relacionadas às Provições e Passivos Continentos e consideramos esa assunto relacionado de consideramos esa assunto de consideramos esa assunto de consideramos esa assunto de consideramos esa esa assunto de consideramos esa assunto de consideramos esa assunto de consi divulgações relacionadas às Provisões e Passivos Contingentes, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto Como nossa auditoria conduziu esse assunto Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos relevantes, manuais e automatizados, implementados pela "Goiás Fomento", relativos à captura do processo, avaliação de risco processual, cálculo da provisão, condução dos processos e etapas de encerramento. Avaliamos a adequação da mensuração e reconhecimento da provisão e divulgação de passivos contingentes. Por amostragem, realizamos procedimentos de auditoria quanto aos valores de constituições e reversões e quanto à eficiência da provisão. Avaliamos a determinação do risco procestituições e reversões e quanto à suficiência da provisão. Avaliamos a determinação do risco proces-sual das causas para assuntos e valores relevantes da "Goiás Fomento", por meio da avaliação dos sual das causas para assuntos e valores relevantes da "Golas Fomento", por meio da availação dos critérios utilizados na metodologia de mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados, bem como dados e informações históricas e analisamos as mudanças na estimativa em relação a períodos anteriores, quando aplicável. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas na nota explicativa nº 22a, estão de acordo com as regras aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos ade-quado o nível de provisionamento no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Projeção de resultados futuros para a realização de ativos fiscais diferidos

• Projeção de resultados futuros para a realização de ativos fiscais diferidos. As demonstrações financeiras incluem ativos relativos a créditos tributários (nota explicativa nº 15.2), cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela "Golás Fomento" e aprovados em seus níveis de governança. Para elaborar as projeções de resultados futuros para fins, entre outros, de verificar a realização de ativos, a "Golás Fomento" adota premissas baseadas em suas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico, como taxa de juros, taxa de inflação, entre outras, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido à relevância dos saldos relativos a esses ativos (créditos tributários), por basearem-se em estimativas de rentabilidade futura e pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam quarar nos valores registrados pas. e pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos relevantes, implementados
pela "Goiás Fomento" referentes ao processo quanto à determinação e aprovação das premissas
utilizadas para fins de elaboração de projeção de resultados futuros a qual é base para a avaliação
sobre a realização de ativos. Com o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas,
avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas pela "Goiás Fomento", o recálculo das projeções
baseadas em tais premissas e se atendiam às diretrizes da regulamentação vigente. Com o apoio
dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas
as alíquotas vigentes dos tributos e o estudo de capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos
(créditos tributários). Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras,
descritas na nota explicativa nº 15.2, estão de acordo com as regras aplicáveis.
Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequado o valor dos créditos tributários no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos Auditoria do ano Anterior

Anteriormente, auditamos as demonstrações financeiras da "Goiás Fomento" referente ao semestre

Antenimente, adutantos as definios aques misienas da colles formatos de soneste en findo em 30 de junho de 2016, compreendendo o balanço patrimonial, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, sobre as quais emitimos parecer sem ressalva, datado de 24 de agosto de 2016. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor o Relatório da Administração.

Administração da "Goiás Fomento" é responsável por essas outras informações que compreendem

o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Nesse sentido, não tempos pada a relatar a esse respeito. Nesse sentido, não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da "Goiás Fomento" é responsável pela elaboração e adequada apresentação das
demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às
instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos
que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres
de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da
capacidade da "Goiás Fomento" continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos
relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das
demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda fluidar a "Goiás Fomento" ou
demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda fluidar a "Goiás Fomento" ou

demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a "Goiás Fomento" ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente que mo conjunto, possam influençar dentro de uma perspetiva razável, as decições econômicas te ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de au-

ditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Alem disso.

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, alsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos pro-

 Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da "Golás Fomento"
 Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
 Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante me releção a eventos ou circunstâncias que possa levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da "Golás Fomento". Se concluímos que existe uma incerteza relevante documento abreza extensão por a concentra de contra extensão. continuidade operacional a Goias Pomento. Se concluimos que existe uma interieza fierevarite devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas
demonstrações financeiras ou incluir modificação em nosso opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de
nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a "Goiás Fomento" a não mais
manter-se em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive

as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e sufficiente referente às informações financeiras "Goiás Fomento" para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da "Goiás Fomento", consequentemente, pela

pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da "Goias Fomento", consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcan-ce planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as even-tuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

tuais deticiencias significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exi-gências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa indepen-dência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determina-mos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações finan-ceiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha probibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremente raras deproibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, de-

terminarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências

adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da

Goiânia, 25 de Agosto de 2017.

PRIME AUDITORES INDEPENDENTES S/S CRC-2-SP 023.478/O-7-S-GO José Francisco Firmino

comunicação para o interesse público

CRC-1-SP 196.425/O-8-S-GO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Agência de Fomento de Goiás S/A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, na conformidade do Artigo 163, II a VIII, da Lei 6.404 de 15/12/76, e Artigo 2º, da Circular 3.171 de 30/12/2002 do Banco Central do Brasil, após procederem o exame dos seguintes documentos: Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras dos se-mestres findos em 30/06/2017 e 30/06/2016; o Estudo Técnico referente ao Crédito Tributário; e da mestres findos em 30/06/2017 e 30/06/2016; o Estudo Técnico referente ao Crédito Tributário; e da Resolução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás — TCE 001/2003, Artigo 10 inciso XVIII alíneas: a (irregularidades, ilegitimidades, ilegalidades e atos de gestão antieconômicos apurados no exame das contas e as providências adotadas para o resguardo do interesse público); b (resultado das análises verificadas durante o exercício, inclusive quanto ao Relatório de Gestão a que se refere o inciso II deste artigo) e c (situação dos administradores perante os cofres da entidade). Conclui que, durante os trabalhos, não encontraram nenhuma irregularidade e julgam que refletem, adequadamente, a situação Patrimonial e Financeira da Sociedade e estão em condições de serem submetidos ao Conselho de Administração. Goiânia, 18 de agosto de 2017

LUCIANO MACHADO PEREIRA CONSELHEIRO

RODRIGO MORAES PERILO CONSELHEIRO

ANDRÉ DA SILVA GÓES CONSELHEIRO

Receita/17 PL em 30/06/16 Receita/1